
Editorial

A diversidade de temas, processos investigativos e tendências apresentadas neste número enriquece o diálogo acadêmico não somente entre pesquisadores(as) brasileiros(as) como também europeus.

Os três primeiros artigos tratam de questões que, na atual conjuntura brasileira merecem um resgate teórico-metodológico denso e para além dos preconceitos existentes abordando temas como feminicídio, a luta das mulheres pelo direito à terra e das relações da travestilidade/transexualidade.

O feminicídio é abordado no primeiro artigo, e analisa a estreita relação entre a violência doméstica e os feminicídios perpetrados na esfera conjugal e/ou de intimidade. Aponta essa questão como status de referência para a criação de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e ressalta como a Lei do Feminicídio tem contribuído para reascensão deste debate.

O protagonismo das trabalhadoras rurais no acesso ao direito à terra, permanência e modo de produção coletiva, é tema do segundo artigo que discute a organização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e protagonismo (in)visível das mulheres na luta pelo acesso ao direito à terra, permanência e organização produtiva coletiva. Reitera a particularidade da participação histórica e política das mulheres no desenvolvimento rural sustentável.

No terceiro artigo, deparamo-nos com um estudo sobre as relações da travestilidade/transexualidade e a prostituição, que aborda acontecimentos na trajetória de vida das travestis e transexuais e suas influências na vivência da prostituição e destaca a necessidade de uma maior aproximação do Serviço Social na luta pela efetivação dos direitos da população LGBT.

Escopo dos três artigos subsequentes os direitos das crianças e adolescentes têm seu espaço. Nessa seqüência, no quarto artigo, o direito à educação é analisado a partir da narrativa dos/das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, com o objetivo de refletir sobre a relação do(a) adolescente em cumprimento de medida socioeducativa com a escola, e aponta que esta é uma relação complexa e paradoxal atravessada por elementos de negação e afirmação enquanto espaço de direito.

O quinto artigo, apresenta questões sobre a atuação do Conselho Tutelar na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes tendo em vista as alterações propostas pela Lei nº

12.010/2009, com destaque aos desafios e fragilidades enfrentados por esse órgão de defesa na articulação com a rede de proteção social.

As implicações sociais da prática de atos infracionais e da privação de liberdade em uma instituição para adolescentes em conflito com a lei é abordado no sexto artigo, a partir de quatro eixos de análise: as vivências dos adolescentes e seu contexto social antes do ingresso ao CASE; as consequências do ato infracional cometido para o/a adolescente e sua família; a percepção do/da adolescente a respeito do ato infracional cometido e da medida socioeducativa e as expectativas do/da adolescente após o cumprimento da medida socioeducativa, cujos resultados apontam para o potencial da instituição em modificar percepções e condições concretas de vida.

Sobre o trabalho do/da assistente social, o sétimo estudo aqui apresentado, preocupa-se com o sentido da participação para o/a profissional representante do gestor nos Conselhos de Assistência Social e indica ênfase desse conceito no sentido de democratizar a relação Estado e sociedade e garantir os direitos sociais.

O recorte geracional fundamenta o oitavo artigo desta publicação, a partir de um estudo europeu, especificamente na realidade portuguesa, como vistas à percepção da morte por idosos institucionalizados. A ideia de morte e perdas para os sujeitos da referida pesquisa têm relação com o sentido de vida do idoso, ambiente institucional e vivências.

Esperamos que os estudos aqui presentes contribuam com os estudos, pesquisas e trabalho profissional de nossos/as leitores/as.

Profa. Dra. Sandra Lourenço de Andrade Fortuna
Editora Chefe